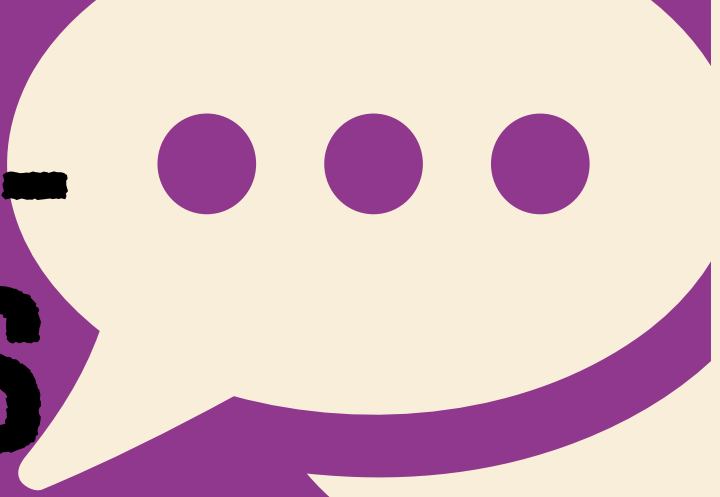
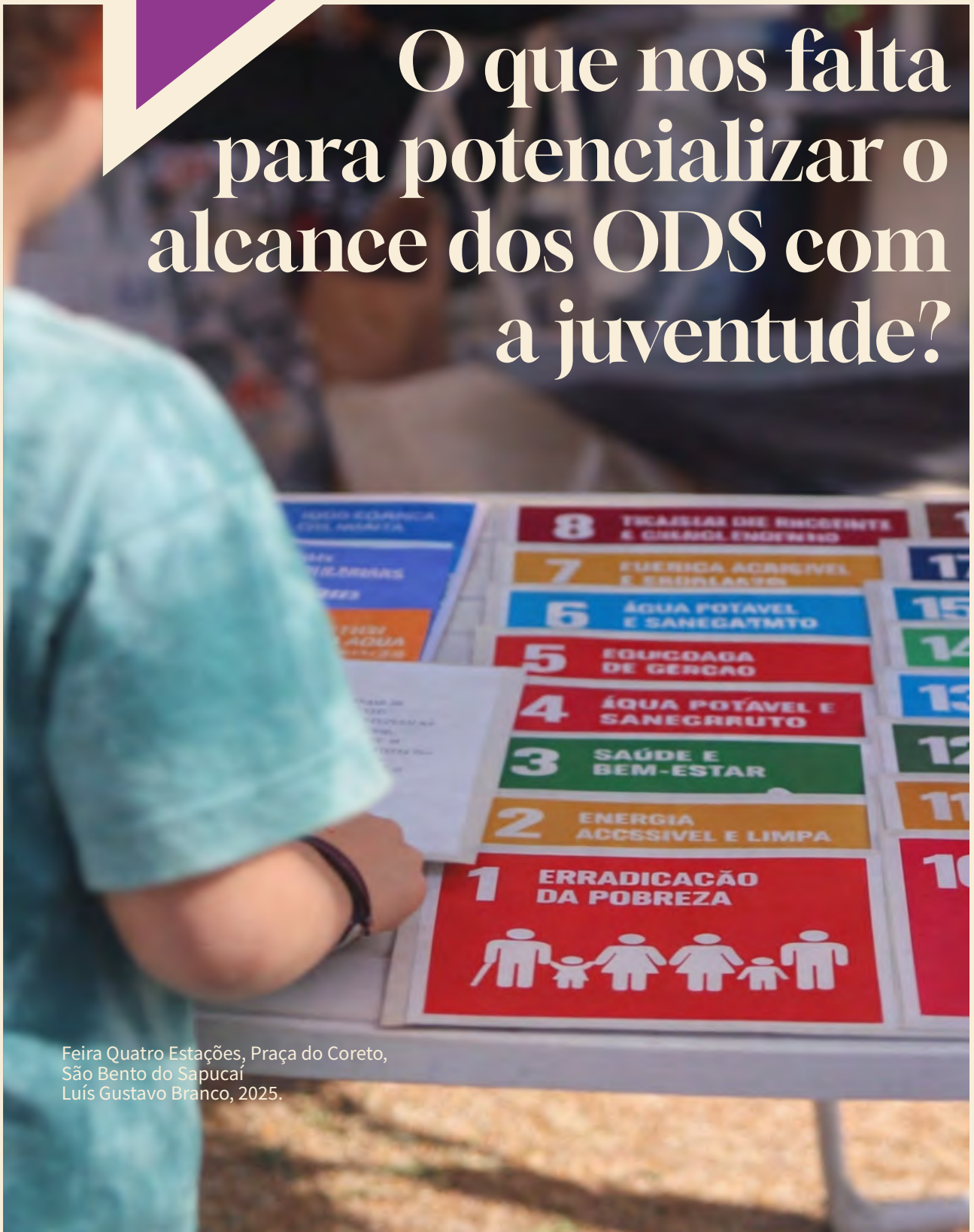


ENTRE- VISTAS



O que nos falta
para potencializar o
alcance dos ODS com
a juventude?

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i25.1564



Feira Quatro Estações, Praça do Coreto,
São Bento do Sapucaí
Luís Gustavo Branco, 2025.



Mariana Bezerra Lyra

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)



por: **Nádia Jarouche Aun
e Samanta Borges Pereira**

NJA: Obrigada por aceitar nosso convite. Começo pedindo para contar sua história de vida e como se aproxima do debate sobre a sustentabilidade?

ML: Quero aproveitar para agradecer pelo convite e pela possibilidade de contribuir com essa discussão. É uma honra! Eu me formei em Administração, na Universidade Estadual de Pernambuco. Lá, conheci um projeto da Federação Nacional dos Estudantes de Administração, que trabalhava com a gestão de projetos sociais. Eu participei da coordenação desse projeto em nível nacional - era um projeto financiado pela Fundação Kelloggs - e isso me abriu várias oportunidades. O Desenvolvimento Social foi o grande encontro com aquilo que me interessava de verdade. Outro momento de virada de chave foi o livro "O artista do invisível", de Allan Kaplan e por isso, fiz um curso fora do Brasil na área de facilitação de processos, o que me motivou a fazer uma especialização (2015-2017) em práticas sociais reflexivas com ele. Trabalhei no Observatório do Recife (2010-2012), que integrava a Rede das Cidades Sustentáveis. Nós acompanhamos o desenvolvimento de Recife a partir de indicadores de qualidade de vida pautados nos ODS (na época ODM). A proposta era trazer mais concretude para essa ferramenta.

**O GRANDE DESAFIO DOS ODS
É TRANSFORMAR DISCURSO
EM CONCRETUDE**



Como é que a gente traz concretude para essa discussão dos ODS? Em 2012, eu fui para Gestão Pública e estou até agora. Passei pelo governo do estado de Pernambuco, pelas prefeituras de Jaboatão dos Guararapes e do Recife e agora estou na Fiocruz, no setor de cooperação social. É um trabalho que pensa maneiras de contribuir com as articulações entre atores sociais e estimular iniciativas para a redução da desigualdade social. O setor que trabalho se dedica a fazer um diálogo mais direto com os movimentos sociais, com a sociedade civil e com o poder público.

NJA: Quando a juventude começou a ser considerada na discussão sobre o desenvolvimento?

ML: A discussão, no Brasil, é recente. Em 1985, a ONU proclamou o ano internacional da juventude, que determinou que os países comesçassem a investir nesse campo em razão dos desafios socioeconômicos que esse público representava. No Brasil, começamos a estruturar melhor as políticas a partir dos anos 2000, quando se criou a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Nós fomos o penúltimo país da América Latina a instituir uma política de juventude. Só conseguimos garantir os seus direitos em 2010, quando foi feito o acréscimo do termo jovem na Constituição. Em seguida, veio o Estatuto da Juventude (2013). Mas a percepção que essa categoria representa um dos segmentos mais frágeis da sociedade surge na década de 90 junto com a discussão sobre políticas públicas. As juventudes estão em um processo de transição, tentando sair da adolescência e criando sua autonomia.

POR ISSO, PENSAR JUVENTUDE EXIGE UM OLHAR INTERSETORIAL



E quando falamos do desenvolvimento, não é só econômico, é no sentido de continuidade de uma geração. Como é que se renova uma geração pensando no seu papel como cidadão e na garantia dos seus direitos?

NJA: Você entende que os 17 ODS conseguem estabelecer um bom canal de diálogo com esse público?

ML: Ainda é distante. A minha percepção, a partir das conversas que desenvolvemos em Pernambuco, é que a discussão não se desenvolve para uma questão mais prática de entendimento e vivência territorial. Se conseguíssemos trazer esse tema para dimensões práticas, poderia ajudar, porque os conteúdos dos ODS são muito relevantes, discutem justamente o que a juventude deseja. O tema do meio ambiente é uma pauta que mobiliza fortemente as juventudes. Diversas pesquisas sobre o perfil da juventude brasileira indicam que a questão ambiental está entre os assuntos de maior interesse desse público. Mas os ODS ainda são um tema distante da realidade, principalmente para a periferia. O movimento Cidades Sustentáveis tentou trazer um cardápio de indicadores, em uma tentativa de concretizar os ODS. Mas eu ainda os vejo como uma ferramenta para ser utilizada no campo estratégico, como uma referência que pode contribuir com a redução das desigualdades. Até porque é um desafio muito grande para as pessoas entenderem o que é um indicador, ou uma meta, mais um motivo para popularizar essa discussão.

O MAIOR DESAFIO NÃO É DISCUTIR — É POPULARIZAR. SEM LINGUAGEM ACESSÍVEL, NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO REAL.



NJA: Como você classifica o trabalho do projeto Cidades Sustentáveis em relação aos ODS?

ML: Nós fazíamos uma discussão com o segmento empresarial que entendia a importância da sustentabilidade. O objetivo era proporcionar um espaço de diálogo entre eles, a gestão pública e a sociedade civil, mas que ficava muito restrito. Não conseguíamos levar essa discussão para a periferia. Vinham arquitetos, gestores, pesquisadores, nós fazíamos várias discussões para falar sobre indicadores com as referências dos ODS, mas era difícil levar essa discussão ao território. Nós éramos questionados justamente por não conseguirmos pulverizar esse diálogo. Por isso, o desafio também foi sobre como popularizar. Quais estratégias precisam ser adotadas nesse contexto? E qual linguagem e relações devem ser empregadas para ampliar a discussão sobre o tema?

SBP: O que você entende que é papel e responsabilidade dos diferentes atores, no alcance dos ODS: governo local, sociedade civil, iniciativa privada, juventude?

A DESIGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO É CENTRAL NO DEBATE BRASILEIRO



ML: Partimos de um referencial muito distante das realidades. É preciso criar referências a partir da experiência de cada público. Os ODS ajudam a trazer um olhar ampliado para algumas questões que, às vezes, não tomamos consciência. Na gestão pública, a perspectiva é a do controle social para qualificar o desenvolvimento da cidade. No meu entendimento, considerando a Prefeitura de Recife, seria uma função da secretaria de planejamento e gestão, que faria essa ponte com todas as secretarias. O trabalho com os ODS demanda uma articulação intersetorial, que é outro desafio na gestão pública, além da mudança de cultura organizacional, que requer tempo. Mas muitos jovens estão dialogando com temas relacionados aos ODS, como racismo ambiental, clima, a questão racial. Especificamente

no Brasil, a dimensão racial e de gênero são temas muito presentes. Agora, quando olhamos para a juventude da classe média, eles se sentem mais à vontade com essa discussão do desenvolvimento sustentável.

NJA: Poderia nos falar sobre a proposta do Brasil de criação do ODS 18 - Igualdade étnico-racial?

ML: É um tema muito presente na juventude, tanto que foi desenvolvido um Plano Nacional da Juventude Negra Viva pelo Ministério de Igualdade Racial junto com a Secretaria Nacional de Juventude. É uma demanda histórica! Esse plano surge em 2012 e foi atualizado em 2023, quando surge a proposta do ODS 18, construído dentro do Ministério de Igualdade Racial. Eu entendo como um ODS importante e se conecta com a realidade de vários outros países.

O ODS 18 responde a uma demanda histórica da juventude negra



SBP: Quais são as suas críticas aos ODS?

ML: A minha crítica é sobre a forma como o tema chega para discussão, de cima para baixo. Os espaços proporcionados são muito elitizados e não popularizam a discussão. Vejo referências internacionais e é mais difícil se identificar com elas. Então, como é que podemos trazer mais referências locais para discutir e aproximar os ODS das pessoas? Imagino que tenha muita experiência dentro da América do Sul, desde experiências práticas até discussões teóricas e que temos coisas em comum. Todos nós vivemos muita desigualdade social e o nosso desenvolvimento partiu de uma colonização então, como é que tornamos esses elementos mais presentes? Do contrário, distancia, porque as realidades discutidas são muito diferentes e as pessoas não conseguem se ver no processo, transformando os ODS em referência e não em ferramenta de trabalho.

OS ODS AINDA CHEGAM DE CIMA PARA BAIXO... SEM IDENTIFICAÇÃO, OS ODS VIVEM APENAS UMA REFERÊNCIA, NÃO UMA FERRAMENTA



NJA: É possível fazer um paralelo entre os dados produzidos em um instituto como a Fiocruz e dentro da gestão pública?

ML: Estou há pouco tempo na Fiocruz, sei que existe uma discussão sobre os ODS, mas com pouca aplicação prática. A fundação opera com muita emenda parlamentar, então, é importante acompanhar, monitorar e prestar contas dos recursos. Existe um setor específico para fazer o monitoramento do trabalho desenvolvido e a Fiocruz promove pesquisas que subsidiam políticas públicas, por isso esse trabalho é essencial. Quando eu estava na gestão pública municipal, eu provocava meus colegas no sentido de pensar modelos de diagnóstico a partir de dados secundários, para tentar suprir a deficiência de recurso e pessoal, e para prover uma base de entendimento sobre nossa realidade local e com isso, enfrentar os desafios e as desigualdades. Mas, temos pouca flexibilidade na execução, principalmente a orçamentária, na área de juventude.

NJA: Quando se decide o caminho de uma nova pesquisa a ser realizada, existe alguma referência aos ODS?

ML: Na área de juventude e saúde, a primeira coisa que se fez para trabalhar essa temática é um estudo sobre o estado da arte de todas as pesquisas já realizadas por pesquisadores da Fiocruz. A partir daí buscamos entender os caminhos já trilhados e por onde poderíamos seguir. São levantamentos que nos direcionam. O nosso trabalho de diálogo com o território identificou que alguns temas são muito comuns, como o direito sexual reprodutivo e políticas sobre drogas. Mas outros temas são emergenciais, como a saúde mental dos jovens, a precarização do trabalho. Esses são

os nossos pontos de partida, mas ainda não estabelecemos esse diálogo com os ODS de forma concreta.

NJA: Você acha que os ODS podem ser uma ferramenta de aproximação entre as instituições e a sociedade civil?

ML: Ela ajuda a proporcionar uma mudança de cultura dentro das instituições, dependendo da forma como essa ferramenta é utilizada e dos gestores que estão à frente desse processo. Podem ser utilizadas como estratégias para se criar uma cultura intersetorial e proporcionar discussões de temas importantes para a sociedade como a desigualdade social. Mas é preciso um olhar estratégico para entender como essas temáticas podem ser inseridas e como elas podem agregar. Talvez desenvolver metodologias que falem sobre como essa ferramenta pode ser utilizada. Ainda é preciso desenvolver algo a partir da nossa realidade, com referências reais e conceituais.

Agradecimentos

As entrevistadoras Nádia Jarouche Aun e Samanta Borges Pereira têm seus trabalhos apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos no 2023/10192-6, 2024/07979-7, 2024/14484-4.

**PRECISAMOS
TRANSFORMAR
DADOS em
DIAGNÓSTICO e
ação...**

**Ainda não
CONSEGUIMOS
CONECTAR
esses temas
DIRETAMENTE aos
ODS...**

**OS ODS ainda
PRECISAM SE
TORNAR uma
FERRAMENTA
VIVA.**